

A responsabilidade de proteger líbios

Gareth Evans

Valor, 01.03.11

Se medidas como sanções, embargos e isolamento diplomático não tiverem impacto imediato e a carnificina continuar, não haverá alternativa a não ser fazer algo mais drástico. As opções militares deverão ser sempre o último recurso, mas não podem ser descartadas.

A soberania não é uma licença para matar. Nenhum Estado pode abdicar da responsabilidade de proteger seu próprio povo de crimes contra a humanidade e muito menos justificar a perpetração de tais crimes por ele próprio. Quando um Estado deixa, de forma evidente, de dar essa proteção, é responsabilidade da comunidade internacional fazê-lo com ações "coletivas, oportunas e decisivas", por meio do Conselho de Segurança, de acordo com o Capítulo 7 da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Trata-se do princípio da "responsabilidade de proteger", apoiado por unanimidade na reunião dos chefes de Estado e governo da Assembleia Geral da ONU, em 2005, e depois endossado pelo Conselho de Segurança. Não há caso mais claro para sua aplicação hoje do que na Líbia.

As forças do coronel Muamar Gadafi na terra e no ar massacraram centenas - talvez mais de mil - líbios que protestavam, de início pacificamente, contra os excessos de seu regime. Um banho de sangue ainda maior parece inevitável, caso ele não renuncie. A necessidade de ações "coletivas, oportunas e decisivas" é avassaladora.

O Conselho de Segurança, depois de agir com dolorosa cautela nos primeiros dias da crise, agora invocou o princípio da responsabilidade de proteger e - pela primeira vez - aprovou um plano substancial de medidas para aplicá-lo: embargo de armas, congelamento de ativos, proibição a viagens e, o que é muito importante, levou a situação para a Corte Penal Internacional.

Tais medidas, assim como os passos tomados no Conselho de Direitos Humanos da ONU e em outras instâncias, são necessárias para mostrar que Gadafi ficou sem nenhum apoio internacional. São coercivas, mas não chegaram a incluir a ameaça de força militar. Serão suficientes para impedir a matança? Chegou a hora de aplicar e fazer cumprir uma zona de proibição aérea? Ou de ir mais além e enviar forças terrestres com mandato para fazer o que for necessário?

É uma decisão difícil. Nem o defensor mais veemente da responsabilidade de proteger pode sustentar de outra forma. Declarar uma área de exclusão aérea não é

uma opção mais "suave": significa estar preparado para derrubar qualquer caça, bombardeiro ou helicóptero de guerra que a viole. Representa um risco enorme de tomada de reféns ou outras represálias contra qualquer cidadão ainda na Líbia dos países que intervierem. Uma força invasora, presumindo que fosse possível agrupar uma em pouco tempo, aumentaria ainda mais os riscos.

É importante manter em perspectiva do que se trata a responsabilidade de proteger e o que esse princípio almeja alcançar. O pano de fundo de sua introdução foi uma década de divisão extremamente dolorosa nos anos 90 sobre como reagir a crimes de atrocidade em massa, com o os países do norte em grande parte apoiando uma "intervenção humanitária" e o sul atendo-se ao velho brado da não interferência nos assuntos domésticos dos Estados, com o que o consenso esteve longe de ser alcançado. O resultado foram ações da ONU, incompletas ou contraproducentes - como na débâcle na Somália em 1993, o genocídio em Ruanda, em 1994, e o massacre em Srebrenica, em 1995 - ou ações que acabaram mostrando-se eficientes, mas sem autorização da ONU - e, portanto, ilegais- como em Kosovo, em 1999.

A "responsabilidade de proteger" buscou rerepresentar a questão pelo lado da responsabilidade, em vez pelo dos direitos, e da proteção, em vez da intervenção, além de também identificar uma ampla faixa de respostas preventivas e reativas apropriadas e de colocar a intervenção militar coerciva como último recurso. A esperança era que o fracasso dos Estados em proteger seus habitantes deixasse de ser visto como assunto próprio, como foi o caso durante séculos, e passasse a ser uma preocupação para todo o mundo.

Essa parte do trabalho agora está razoavelmente consumada. A resposta mundial aos horrores no Quênia em 2008 foi de contraste gritante à indiferença reservada à carnificina em Ruanda. E a condenação internacional atual às atrocidades de Gadafi foi rápida, restrita e praticamente unânime. Ninguém sustenta que a soberania confere imunidade; a mudança no consenso normativo é mais ou menos completa.

Mas a segunda grande esperança dos defensores da responsabilidade de proteger era a de que esse consenso sobre o princípio produzisse um acordo sobre o que se fazer na prática - como traduzir o consenso normativo em ações - fáceis de alcançar. Isso se mostrou mais difícil de conseguir, como mostram as experiências em Darfur, República Democrática do Congo e Sri Lanka. Dada a complexidade e sensibilidade das questões - ainda mais quando a ação militar é uma opção- não é surpresa que a responsabilidade de proteger continue um trabalho em andamento.

A lição não é que esses princípios são irrelevantes, mas que temos de fazer mais para aplicá-los no futuro - e esse futuro, agora, é a Líbia. Sanções, embargos e isolamento diplomático são o mínimo necessário. Se essas medidas não tiverem

impacto imediato e a carnificina continuar, não haverá alternativa a não ser fazer algo mais.

As opções militares deverão ser sempre o último recurso, mas não podem ser descartadas em casos extremos e o caso da Líbia não poderia ser mais extremo. Será mais fácil imaginar a possibilidade de uma zona de exclusão aérea quando os últimos expatriados deixarem o país, sendo que seu planejamento deveria ser preparado rapidamente. Apesar de tudo o que foi feito até agora, a bola continua do lado do Conselho de Segurança. Não é apenas a credibilidade do princípio da responsabilidade de proteger que está em jogo, mas o seu próprio.

Gareth Evans ex-ministro das Relações Exteriores da Austrália e presidente emérito do International Crisis Group, é co-presidente da Comissão Internacional de Intervenção e Soberania dos Estados. É autor de "The responsibility to protect: ending mass atrocity crimes once and for all". Copyright: Project Syndicate, 2011.